

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.529.075 - RS (2019/0181526-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**EMBARGANTE** : CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE SANTA MARIA  
**ADVOGADOS** : CRISTIAN ROAT BASTIANELLO - RS069980  
RAFAEL SACCOL BAGOLIN - RS079807  
**EMBARGADO** : FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS DE DIRIGENTES LOJISTAS DO RIO  
GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : CLÁUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA - RS022356  
GUSTAVO CARDOSO PEIXOTO - RS034761  
LEONARDO LAMACHIA - RS047477  
RODRIGO DORNELES - RS046421  
MARIANA GALVAN DENARDI - RS071825  
PABLO RUIZ NÚÑEZ - RS106797

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração interpostos por CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE SANTA MARIA, contra decisão (fls. 1.346/1.352) a qual conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial e, com supedâneo no art. 85, § 11, do Novo Código de Processo Civil, majorou os honorários advocatícios devidos à parte recorrida de 10% para 11%.

Nas razões dos aclaratórios, a embargante aponta a existência de contradição e erro material na decisão embargada uma vez que "*a verba honorária já estava fixada em 12% do valor atualizado da causa, devendo ser majorada conforme o art. 85 do CPC/2015*" (fl. 1.355). Requer, assim, a fixação da verba honorária partindo do percentual de 12% que já havia sido fixada no Tribunal de origem.

A embargada não apresentou impugnação.

É o relatório. Passo a decidir.

Os embargos de declaração têm como objetivo esclarecer obscuridade, eliminar ou suprimir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como para corrigir erro material (CPC/2015, art. 1.022).

No que interessa, a decisão embargada, restou assim fundamentada:

*"Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos à recorrida de 10% para 11%." (fls. 1.352, e-STJ)*

Assiste razão à parte embargante, tendo em vista que a decisão embargada equivocou-se quanto ao percentual fixado dos honorários advocatícios.

Desse modo, os embargos de declaração merecem acolhimento para esclarecer que, com fundamento no art. 85, § 11, do CPC/2015, os honorários advocatícios, em favor da embargante, ficam majorados de 12% (doze por cento) para 13% (treze por cento), pois o Tribunal local, de fato, havia fixado em 12% sobre o valor da causa (fl. 1.166).

Ante o exposto, **acolho** os embargos de declaração a fim de, sanando o erro material apontado, majorar os honorários advocatícios sucumbenciais, em favor da embargante, para 13% (treze por cento).

Publique-se.

Brasília-DF, 22 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**  
Relator